

PROJETO DE LEI N.º 3.328, DE 2023

(Do Sr. Jeferson Rodrigues)

Altera e acrescenta dispositivo à Lei 8.069/90, especificamente o Artigo 17. Condenam os pais que incentivam ou fazem apologia a redesignação sexual de crianças e mudança de sexo.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-192/2023.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

PROJETO DE LEI Nº , de 2023

(Do Sr. Jeferson Rodrigues)

Altera e acrescenta dispositivo à Lei 8.069/90, especificamente o Artigo 17. Condenam os pais que incentivam ou fazem apologia a redesignação sexual de crianças e mudança de sexo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Artigo 17 da Lei 8.060/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17º			

- § 1º Fica estabelecido que é proibido aos pais ou responsáveis legais encorajar, fazer apologia à redesignação de sexo ou mudança de gênero em seus filhos menores de idade.
- § 2º Caso os pais ou responsáveis legais sejam considerados culpado por encorajar, fazer apologia à redesignação de sexo ou mudança de gênero em seus filhos menores de idade, serão aplicadas as seguintes penalidades:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do DEPUTADO JEFERSON RODRIGUES REPUBLICANOS - GOIÁS

 I - advertência: na primeira infração, os pais ou responsáveis legais serão advertidos e orientados pelas autoridades sobre o que dispõe a lei e suas consequências quantos as ações cometidas;

II - condução para a Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente – DPCA, onde poderão, conforme entendimento da autoridade policial, ser responsabilizados nos termos legais processuais.

III - Medidas Protetivas: em casos extremos, quando comprovada a negligência ou os danos físicos e psicológicos causados à criança, poderá ser determinada, através do devido processo legal, a perda da guarda da criança ou do Adolescente." NR

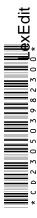
Art. 2º Esta lei em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem como objetivo estabelecer medidas para proteger os direitos e o bem-estar das crianças, evitando que pais ou responsáveis legais incentivem, encorajem ou façam apologia à redesignação de sexo e mudança de gênero em seus filhos.

A decisão de realizar procedimentos médicos, hormonais ou de emergência para o sexo biológico de uma pessoa ou sua identidade de gênero é complexa e deve ser tomada com maturidade, informação adequada e acompanhamento profissional. Quando se trata de crianças, essa decisão deve ser ainda mais cuidada, levando em consideração o seu desenvolvimento físico, emocional e psicológico.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do DEPUTADO JEFERSON RODRIGUES REPUBLICANOS - GOIÁS

É fundamental preservar o direito das crianças de uma identidade saudável e acolhedora para sua idade, assegurando que elas possam explorar e compreender sua identidade de gênero sem emoções externas. Pais e responsáveis devem desempenhar um papel de guia e apoio, promovendo um ambiente seguro e acolhedor para o desenvolvimento de seus filhos.

Sala das Sessões, em de de 2023

Deputado JEFERSON RODRIGUES

Republicanos/GO







CÂMARA DOS DEPUTADOS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

LEI № 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 Art. 17 $\frac{https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1990-0713;8069}{$

FIM DO DOCUMENTO